

ESCREVENTE TÉCNICO DO JUDICIÁRIO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

SIMULADO GERAL



DIREITOS RESERVADOS

Todos os direitos dessa obra são reservados ao Siga Escrevente Ltda, sendo expressamente proibida a duplicação ou reprodução deste material, no todo ou em parte, em quaisquer plataformas ou meios eletrônicos, aplicativos etc.

Destacamos que todos os nossos materiais possuem dados personalizados imperceptíveis ao olho nu e marcadores de compartilhamento (toda vez que o material é compartilhado indevidamente, somos notificados).

A violação aos direitos autorais pode configurar o crime previsto no art. 184 do Código Penal, inviabilizando sua posse no cargo público sonhado.

Nosso contato para qualquer dúvida:



11 95304-6756



@sigaescreventeoficial



sigaescreventeoficial



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 01 a 08.

O golpe está aí

Os celulares multiplicaram a chance de golpes. São de todo tipo: falsas pirâmides, oferecimento de serviços, falsos sequestros de familiares e assim por diante. Nossos sentimentos são sempre os mesmos: quando analisamos o golpe em setores que nunca nos enganariam, ficamos desolados com a ingenuidade alheia; quando se trata de algo que já fizemos, somos compreensivos. Nossa empatia é narcísica*, em geral.

Critiquei meu pai que quase caiu, lá por 2008, em um golpe de falso sequestro meu. “Como, pai, você, advogado, acostumado a analisar estelionatos, pode ter acreditado em uma história tão estapafúrdia?”

Ele argumentou comigo que o risco a um filho cegava quaisquer prudências e acionava um modo automático de defesa. O suposto grito de um filho apagava o título de advogado, e o risco à minha integridade o fragilizava. O amor tem razões alheias à razão em si, advertia Pascal.

Pensando nas muitas chances de golpe, acho importante que todos tenhamos presentes as zonas desprotegidas da mente. Risco aos filhos? Inquietudes financeiras? Sabendo onde estão nossos fios desencapados, fica mais fácil identificar risco de choque grave. Como posso agir então?

Devo programar meu cérebro. A voz gritando da minha filha me desestabiliza? Vou treinar e insistir muitas vezes que, em caso de ter o alarme acionado por uma ligação repentina, tomarei duas atitudes:

ligarei para ela e para uma terceira pessoa (de preferência sem o mesmo envolvimento emocional) e seguirei a crise com a orientação alheia. Devo repetir, treinar, repetir e formar meu cérebro a essa reação. Reitero comigo todos os dias: “Se minha filha estiver em risco, envolverei meu cunhado e ligarei para ela”. Treinar a reação não impede a cegueira das prudências, mas cria um botão emergencial. Ao vivo e em segredo, a família pode treinar uma palavra-passe de emergência. O nome da avó ou o nome de um animal de estimação conhecido de todos. A palavra- -passe não deve estar no celular, pois ele pode ser clonado.

Todos possuímos fragilidades. O golpe está aí: cairemos todos. Os que se prepararem internamente possuirão maior esperança de evitar trambiqueiros.

(Leandro Karnal, O Estado de S.Paulo, 16 de nov. 2022. Adaptado)

*narcísica: relacionada ao mito de Narciso, que significa amor excessivo à própria imagem, que é voltado para si mesmo.

Analisando o primeiro parágrafo, a frase final – Nossa empatia é narcísica, em geral. – significa que

- A) sentimos, geralmente, afinidade com pessoas golpeadas.
- B) é dirigida aos outros nossa compreensão, normalmente.
- C) falta, geralmente, consideração com as pessoas ingênuas.
- D) nota-se, normalmente, indiferença quanto às nossas reações.
- E) é maior a nossa compreensão e direcionada a nós mesmos.

2 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Há palavra ou expressão empregada em sentido figurado no trecho da alternativa:

- A) Nossos sentimentos são sempre os mesmos...
- B) ... ficamos desolados com a ingenuidade alheia...
- C) “Como, pai, (...) pode ter acreditado em uma história tão estapafúrdia?”
- D) Ele argumentou comigo que o risco a um filho cegava quaisquer prudências...
- E) ... acho importante que todos tenhamos presentes as zonas desprotegidas...

3 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia os seguintes trechos:

- ... quando analisamos o golpe em setores que nunca nos enganariam, ficamos **desolados** com a ingenuidade alheia...
- ... você, advogado, acostumado a analisar **estelionatos**...
- ... pode ter acreditado em uma história tão **estapafúrdia**?

No contexto em que estão inseridas, as palavras em destaque significam, correta e respectivamente:

- A) aborrecidos; escrúpulos; absurda.
- B) tristes; corrupções; descabida.
- C) entusiasmados; causas; razoável.
- D) eufóricos; trapaças; despropositada.
- E) consolados; malandragens; incoerente.

4 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o seguinte trecho do 1º parágrafo:

São de todo tipo: falsas pirâmides, oferecimento de serviços, falsos sequestros de familiares e assim por diante.

De acordo com a norma-padrão de pontuação, os dois-pontos têm a função de

- A) explicar uma palavra anterior.
- B) cessar uma ideia apresentada.
- C) iniciar a fala de alguém.
- D) indicar uma pausa mais longa.
- E) apresentar palavras não usuais.

5 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia os trechos do 5º e 6º parágrafos a seguir:

- “**Se** minha filha estiver em risco, envolverei meu cunhado e ligarei para ela”.
- Treinar a reação não impede a cegueira das prudências, **mas** cria um botão emergencial.
- Os que se prepararem **internamente** possuirão maior esperança de evitar trambiqueiros.

As expressões em destaque têm, correta e respectivamente, sentido de

- A) conclusão; explicação; tempo.
- B) condição; oposição; modo.
- C) conclusão; oposição; tempo.
- D) condição; explicação; modo.
- E) explicação; oposição; lugar.

6 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A expressão em destaque no 6º parágrafo – Todos **possuímos fragilidades.** –, obedecendo à norma-padrão de regência verbal, pode ser substituída, corretamente, por:

- A) dispomos em fragilidades.
- B) desfrutamos pelas fragilidades.
- C) contamos das fragilidades.
- D) detemos com fragilidades.
- E) usufruímos de fragilidades.

7 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as frases formuladas a partir do texto e assinale a alternativa que apresenta a frase correta, de acordo com a norma-padrão de concordância verbal.

- A) A chance de golpes foram multiplicados com a expansão dos celulares.
- B) O golpe em setores que nunca nos enganariam nos deixam desolados.
- C) As fragilidades que nos tira do sério devem ser julgadas.
- D) A cegueira das prudências é acionada pelo risco a um filho.
- E) Antes do celular já haviam outros tipos de golpes.

8 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Observe o tempo verbal em destaque na frase do 4º parágrafo – ... acho importante que todos **tenhamos** presentes as zonas desprotegidas da mente.

Assinale a alternativa que substitui, corretamente, a forma verbal, mantendo o mesmo tempo.

- A) ... acho importante que todos façamos...
- B) ... acho importante que todos pretendemos...
- C) ... acho importante que todos pensamos...
- D) ... acho importante que todos queremos...
- E) ... acho importante que todos valorizamos...

9 - (Simulado Geral. 2021. Outras) Assinale a opção em que o sinal indicativo de crase está corretamente empregado.

- A) Não é sempre que estamos à disposição para videochamadas.
- B) É importante ter por perto uma lista de assuntos à tratar com o chefe.
- C) Cuidado para não dar demasiada atenção à questões alheias ao trabalho.
- D) Queria falar com o colega à propósito de algo que vira em seu escritório.
- E) Não revelava sua intimidade à ninguém, por ser muito reservado.

10 - (Simulado Geral. 2014. Outras) Observe a charge a seguir.



Se colocarmos o pronome oblíquo “o” após a forma do verbo “empobrecem”, a forma correta da frase seria:

- A) empobrecem-o;
- B) empobrecem-no;
- C) empobrecem-lo;
- D) empobrece-no;
- E) empobrece-lo.

INFORMÁTICA

11 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Usando o Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário tem 3 arquivos em uma pasta: relatório.docx, controle.xlsx e apresentação.pptx. Esse usuário selecionou o arquivo relatório.docx e pressionou a tecla DEL. Em seguida, selecionou o arquivo controle.xlsx e, clicando com o botão invertido do mouse, abriu o menu de contexto e selecionou a opção Apagar. Finalmente, selecionou o arquivo apresentação.pptx e pressionou as teclas SHIFT+DEL. Considerando que quaisquer solicitações de confirmação foram aceitas e que as operações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa que indica qual(is) arquivo(s) estará(ão) disponível(is) para recuperação na Lixeira do Windows.

- A) Nenhum dos arquivos.
- B) relatório.docx, controle.xlsx e apresentação.pptx.
- C) relatório.docx e controle.xlsx, apenas.
- D) relatório.docx e apresentação.pptx, apenas.
- E) controle.xlsx, apenas.

12 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No MS-Word 2016, em português e em sua configuração padrão, um usuário digitou um parágrafo no documento da seguinte forma:

O resultado da aplicação da pesquisa sobre uma classe de alunos mostrou que 50% desses alunos não sabem, de forma concreta, calcular o resultado de x^2 .

Na expressão x^2 desse parágrafo o número 2 apresenta o efeito de fonte que recebe o nome de


- A) elevado.
- B) sobrescrito.
- C) subscrito.
- D) tachado.
- E) tachado duplo.

13 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp. Adaptada) Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A
1	20
2	27
3	32
4	11

Após selecionar as células do intervalo



A1:A4, o usuário clicou no ícone .Ao fazer isso, na célula A2 aparece o valor

- A) 20
- B) 27
- C) 32
- D) 11
- E) 0

14 - (Simulado Geral. 2022. Outras) "Se existe uma coisa que a pandemia do novo coronavírus mudou foram as relações. A necessidade de distanciamento para evitar a contaminação exigiu que recorrêssemos ainda mais a tecnologia para nos comunicarmos. Encontros familiares, conversas com amigos, reuniões de trabalho e cursos saíram das mesas para os aplicativos de videoconferência".

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/13-plataformaspara-reunioes-eventos-e-videoconferencias-online/>

Entre os aplicativos mais populares podemos citar – Zoom, Google Meeting, Microsoft Teams, dentre outros.

Sobre o Microsoft Teams, julgue afirmações a seguir:

- I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.
- II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.
- III. Não há limite máximo de participantes.

Está (ão) correta, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II.

15 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução CNJ nº 185/2013, é INCORRETO afirmar que:

A) O uso inadequado do sistema que cause redução significativa de sua disponibilidade poderá ensejar o bloqueio total, preventivo e temporário, do usuário.

B) O Tribunal poderá configurar o sistema de modo que processos de determinadas classes, assuntos ou por outros critérios sejam considerados em segredo de justiça automaticamente.

C) Os atos processuais praticados por usuários externos considerar-se-ão realizados na data e horário do seu envio no PJe.

D) A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até o horário de funcionamento do Fórum do dia em que se encerra o prazo processual, considerado o horário do Município sede do órgão judiciário ao qual é dirigida a petição.

E) Será de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) André, Bernardo e Carlos são irmãos e juntam dinheiro em certo cofre. Certa manhã, André pegou R\$ 1.650 do cofre e, em seguida, pegou mais a terça parte do que sobrou. Logo depois, Bernardo pegou R\$ 275 do cofre e, em seguida, pegou mais a terça parte do que sobrou. Mais tarde Carlos pegou todo o dinheiro que restava no cofre. Sabendo que Bernardo e Carlos pegaram a mesma quantia e que André pegou o dobro do que os outros dois irmãos juntos, antes de André fazer sua primeira retirada o total de dinheiro no cofre estava compreendido entre

A) R\$ 3.000 e R\$ 3.500.

B) R\$ 3.500 e R\$ 4.000.

C) R\$ 4.000 e R\$ 4.500.

D) R\$ 4.500 e R\$ 5.000

E) R\$ 5.000 e R\$ 5.500.

17 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O preço à vista de um celular é de R\$ 1.280,00. Caso o comprador queira pagar a prazo, em 10 prestações mensais fixas, cada prestação será de R\$ 153,60. Nesse caso, o acréscimo que o comprador pagará, em relação ao preço do pagamento à vista, corresponderá a:

A) 16%

B) 18%

C) 15%

D) 20%

E) 12%

18 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A produção de certa quantidade de um produto é automatizada e efetuada por uma única prensa. Para produzir uma quantidade x de unidades desse produto, essa prensa trabalha, ininterruptamente, ou não, durante 4 horas, 11 minutos e 6 segundos. Pretende-se dividir a quantidade produzida em 3 partes de igual período. Sendo assim, cada parte da produção terá um período de tempo igual a 1 hora,

- A) 04 minutos e 02 segundos.
- B) 15 minutos e 06 segundos.
- C) 23 minutos e 42 segundos.
- D) 37 minutos e 02 segundos.
- E) 44 minutos e 18 segundos.

19 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a seguinte afirmação, baseada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas públicas de Ensino Fundamental do Município de Peruíbe, do ano 2021, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi maior que 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi menor que 5,5.

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação apresentada.

A) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor que 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior que 5,5.

B) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor ou igual a 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior ou igual a 5,5.

C) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi maior ou igual a 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi menor ou igual a 5,5.

D) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor que 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior que 5,5.

E) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor ou igual a 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior ou igual a 5,5.

20 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um grupo de 50 pais de alunos concluintes do Ensino Fundamental escolherá um local para a solenidade de formatura. Para tanto, dois teatros, A e B, foram sugeridos pela escola e, em votação, teve pai que votou apenas em um desses teatros, pai que votou em ambos (ou seja, foi indiferente) e, também, teve pai que votou em nenhum desses teatros. Sabendo-se que o teatro A foi votado por 28 pais, o teatro B foi votado por 35 pais, e que 6 pais votaram em nenhum desses teatros, é correto afirmar que o número de pais que votaram

A) em ambos os teatros é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro A.

B) em ambos os teatros é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro B.

C) em ambos os teatros excedeu em 10 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.

D) apenas no teatro A excedeu em 3 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.

E) apenas no teatro B excedeu em 12 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.

B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

22 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Martina nasceu quando seus pais, brasileiros natos, faziam um intercâmbio para aprender inglês em um determinado país estrangeiro. Ela foi registrada em repartição brasileira competente e, logo após seu nascimento, seus pais com ela voltaram para o Brasil, onde residem até o momento. Martina irá completar dezoito anos e deseja fazer curso superior com o objetivo de, futuramente, exercer cargo da carreira diplomática no Brasil.

De acordo com a Constituição Federal, baseando-se apenas nas informações fornecidas, com relação ao cargo pretendido, Martina poderá exercê-lo

- A) independentemente de possuir nacionalidade brasileira.
- B) apenas se se naturalizar brasileira, pois que não é considerada brasileira nata.
- C) em razão de ser brasileira nata.
- D) apenas se optar pela nacionalidade brasileira depois que atingida a sua maioridade.
- E) apenas se seus pais tiverem feito a opção pela nacionalidade brasileira de Martina assim que chegaram no Brasil.

23 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo da União, também tem ocupado, por cerca de uma década, cargo em comissão no âmbito desse ente federativo. Para se inteirar de sua situação funcional, Ana questionou o departamento de recursos humanos a respeito da possibilidade de os respectivos valores serem permanentemente integrados aos seus estipêndios regulares, mesmo que deixe de ocupar o referido cargo em comissão.

Foi corretamente esclarecido a Ana, à luz da Constituição da República de 1988, que o objetivo almejado

- A) é expressamente vedado.
- B) somente é permitido para aqueles que recebam remuneração, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei complementar.
- C) é expressamente permitido para aqueles que recebam remuneração ou subsídio, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei ordinária.
- D) é expressamente permitido para aqueles que recebam remuneração ou subsídio, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei complementar.
- E) somente é permitido para aqueles que recebam remuneração, mas o permissivo constitucional deve ser integrado pelo regime jurídico da categoria.

DIREITO ADMINISTRATIVO

24 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito das práticas Autocompositivas, do Termo de Ajustamento de Conduta e da Suspensão Condicional da Sindicância, é correto afirmar nos termos da Lei nº 10.261/68 que:

A) Apenas a autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo fica autorizado, mediante despacho fundamentado, a propor as práticas autocompositivas, a celebração de termo de ajustamento de conduta, bem como a suspensão condicional da sindicância, nos termos desta lei.

B) As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da obrigatoriedade, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, formalidade, consensualidade e celeridade.

C) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial.

D) É vedada às Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Controladoria Geral do Estado e as Autarquias estabelecer condições para a suspensão da sindicância.

E) A proposta de celebração do termo de ajustamento de conduta deverá ser feita a pedido do funcionário interessado, sendo vedada a atuação de ofício.

25 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Em setembro de 2022, Cristina, servidora pública estável, ocupante de cargo efetivo do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições, culposamente, ocasionou lesão a bens do mencionado ente federativo que estavam sob sua guarda.

Considerando o disposto na lei de improbidade administrativa e no regime jurídico dos servidores públicos do Estado de São Paulo é correto afirmar que Cristina

A) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

B) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

C) não pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual.

D) é responsável pelos prejuízos causados e será obrigada a repor, de uma só vez, a importância apurada.

E) é responsável pelos prejuízos causados, sendo que eventual desconto em sua remuneração não pode exceder a décima parte do valor desta.

26 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Josimar, funcionário de carreira de determinada empresa pública prestadora de serviço público, de forma dolosa, em janeiro de 2023, utilizou equipamentos e materiais de propriedade da empresa para a construção de uma piscina de hidromassagem em sua casa.

Acerca da situação apresentada, evidencia-se que Josimar incorreu em ato de improbidade administrativa na modalidade de

- A) enriquecimento ilícito.
- B) lesão ao erário.
- C) atentado contra os princípios da Administração Pública.
- D) concessão de benefício fiscal em percentual superior ao permitido.
- E) frustração de processo licitatório.

27 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Ísis e Kael assumiram cargos públicos na Administração Pública Municipal por meio de concurso público e, após um ano do início do exercício das suas funções, foram instados a fornecer cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que apresentaram à Receita Federal, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. Todavia, Ísis se recusou a apresentar o documento e Kael apresentou cópia falsa da declaração. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- A) ambos ficarão sujeitos à pena de suspensão das suas funções, até que apresentem o referido documento.
- B) Ísis ficará sujeita à pena de advertência e Kael à pena de demissão do serviço público.
- C) ambos ficarão sujeitos à pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- D) Ísis ficará isenta de qualquer sanção se já havia apresentado a declaração na data da posse e Kael deverá responder processo criminal pela sua conduta.
- E) Ísis ficará sujeita à pena de suspensão das suas funções e Kael ficará sujeito à pena de demissão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Maria, Oficial de Justiça, por 2 (duas) vezes, procurou o citando Mário em seu domicílio, mas não o encontrou e suspeitou de que ele estava se ocultando, pois a vizinha lhe disse que o proprietário da banca de jornal existente na frente do prédio avisara a Mário, quando Maria se aproximava da portaria, para ele sair pelo portão de veículos do condomínio.

De acordo com o Código de Processo Civil, Maria deverá

A) certificar o ocorrido e informar ao juízo, a fim de viabilizar a citação de Mário por edital, caso não compareça espontaneamente ao cartório nos próximos 15 (quinze) dias.

B) certificar o ocorrido e informar ao juízo, a fim de viabilizar a citação de Mário por edital, com prazo fixado pelo juízo que variará entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

C) intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

D) intimar qualquer morador da casa ou funcionário que trabalhe no condomínio de que, na próxima semana, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

E) comparecer mais uma vez presencialmente e, mantida a frustração da diligência, intimar qualquer pessoa que esteja no local de que voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

29 - (Simulado Geral. 2022. Outras) A tutela de evidência será concedida quando

A) houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

B) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.

D) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

30 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência do recurso pelo autor

A) depende da concordância do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel; porém, a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação do réu.

B) depende da concordância do réu, assim como a renúncia ao direito de recorrer, salvo, em ambos os casos, se o réu ainda não tiver sido citado ou for revel.

C) e a renúncia ao direito de recorrer não dependem de concordância do réu, independentemente de este já ter sido citado ou de ser ou não revel.

D) não depende da concordância do réu; porém, a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel.

E) só depende da concordância do réu nos casos em que este também tiver interposto recurso contra o mesmo ato judicial recorrido; já a renúncia ao direito de recorrer independe da concordância do réu em qualquer circunstância.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

B) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

C) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao Promotor de Justiça competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 48 (quarenta e oito) horas ao Promotor de Justiça competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

E) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

32 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Considere que determinado indivíduo foi preso em flagrante e que, em seguida, foi-lhe concedida liberdade provisória mediante o pagamento de fiança. Foi criminalmente processado e, no curso da ação penal, devido a uma nova classificação do delito, a imputação passou a ser inafiançável.

Diante desse cenário, de acordo com o artigo 339 do CPP, é correto afirmar que

- A) a fiança será cassada.
- B) a liberdade não será revogada.
- C) deverá ser decretada a prisão preventiva do acusado.
- D) deverá ser decretada a prisão temporária do acusado.
- E) apenas em caso de condenação, a fiança deve ser cassada, devendo o juiz aguardar tal momento para decidir sobre o tema.

33 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nos termos do artigo 361 do CPP, o réu que não for encontrado

- A) será citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.
- B) será citado por carta precatória ou rogatória.
- C) será citado por hora certa, de acordo com as regras do CPC.
- D) será declarado revel, com nomeação de defensor público para exercício de sua defesa.
- E) terá nomeado defensor dativo, que velará por sua defesa.

DIREITO PENAL

34 - (Simulado Geral. 2023. Outras) José, servidor público, com vontade livre e consciente, solicitou para si, diretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, retardando a prática de ato de ofício.

Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, José praticou o crime de

- A) peculato.
- B) concussão.
- C) corrupção passiva.
- D) prevaricação.
- E) condescendência criminosa.

35 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Luísa, servidora pública, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso.

Nesse caso, Luísa deve responder por delito de

- A) prevaricação.
- B) fraude em certame de interesse público.
- C) advocacia administrativa.
- D) condescendência criminosa.
- E) violação de sigilo funcional.

36 - (Simulado Geral. 2023. Outras) João, com o objetivo precípua de prejudicar o seu desafeto, comunicou o delegado de polícia que Tício teria estuprado Petônia, muito embora soubesse ser ele inocente. A autoridade policial, tomando ciência dos fatos, deflagrou inquérito policial para fins de apuração.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- A) comunicação falsa de crime;
- B) denúncia caluniosa;
- C) difamação;
- D) calúnia;
- E) injúria.

DIREITO PENAL MILITAR

37 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Assinale o crime cuja pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário-mínimo.

- A) Concussão
- B) Desvio
- C) Peculato
- D) Corrupção passiva
- E) Corrupção ativa

38 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Analise as seguintes assertivas a respeito do crime de falsificação de documento, previsto no art. 311 do Código Penal Militar.

I) A pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.

II) Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.

III) A conduta criminosa consiste em omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Está correto o que se afirma em:

- A) III, apenas.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

39 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Obter para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em militar ou assemelhado ou funcionário de repartição militar, no exercício de função, configura o crime de:

- A) Tráfico de influência
- B) Comunicação falsa de crime
- C) Corrupção
- D) Prevaricação
- E) Falso testemunho

40 - (Siga Escrevente. 2023. Inéditas) Assinale o crime praticado contra a administração da justiça militar cuja pena é agravada se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

- A) Recusa de função na justiça militar
- B) Desacato
- C) Coação
- D) Denúncia caluniosa
- E) Publicidade opressiva

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

41 - (Siga Escrevente. 2023. Inéditas) De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- A) se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- B) se tiver aconselhado qualquer das partes.
- C) ele próprio tiver servido como testemunha
- D) se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- E) se for presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo;

42 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A citação do militar em situação de atividade ou a assemelhado far-se-á mediante:

- A) Oficial de Justiça
- B) requisição à autoridade sob cujo comando ou chefia estiver, a fim de que o citando se apresente para ouvir a leitura do mandado e receber a contrafé.
- C) carta postal
- D) edital
- E) carta precatória

43 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre a instrução criminal, é correto afirmar que:

- A) O processo ordinário inicia-se com o oferecimento da denúncia.
- B) O prazo para a conclusão da instrução criminal é de trinta dias, estando o acusado preso, e de sessenta, quando solto, contados do recebimento da denúncia.
- C) O tempo de defesa, assim para a acusação como para a defesa, será de uma hora para cada uma, no máximo.
- D) Não terão preferência para a instrução criminal os processos a que respondam os acusados presos.
- E) Cada acusado poderá indicar até três testemunhas, podendo ainda requerer sejam ouvidas testemunhas referidas ou informantes, não excedentes a três.

44 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Contra a decisão que concluir pela incompetência da Justiça Militar, caberá recurso:

- A) de apelação
- B) ordinário
- C) revisional
- D) em sentido estrito
- E) inominado

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

45 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas)
Analisar as seguintes assertivas a respeito da Justiça Militar do Estado de São Paulo

- I) A Justiça Militar do Estado será constituída, em primeiro grau, pelos juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.
- II) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, afastada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ainda decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- III) Os juizes do Tribunal de Justiça Militar e os juizes de Direito do juízo militar gozam dos mesmos direitos, vantagens e subsídios e sujeitam-se às mesmas proibições dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e dos juizes de Direito, respectivamente.

Está correto o que se afirma em:

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

REDAÇÃO OFICIAL E RESOLUÇÕES DO CNJ

46 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Considere o texto:

Senhor Diretor,

Na semana passada, instalamos novos equipamentos no Setor de Recursos Humanos. Os funcionários do Setor ficaram bastante satisfeitos. **Eles estavam bastante defasados.** O pessoal do Setor solicitou, também, que sejam instalados novos softwares nesses equipamentos. Assim, encaminhados em lista anexa a relação com os itens a serem comprados para atendermos a esse pedido.

A passagem destacada no texto compromete

- A) a clareza e a coerência textual.
- B) a coesão e a norma gramatical.
- C) a impessoalidade e a concisão.
- D) a formalidade e a impessoalidade.
- E) a concisão e a formalidade.

47 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira está ligado a qual perspectiva?

- A) Transparência.
- B) Finanças.
- C) Sociedade.
- D) Processos Internos.
- E) Recursos.

48 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assinale a alternativa que corresponde a um desses princípios:

- A) Eliminar a discriminação no emprego.
- B) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- C) Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
- D) Assegurar a redução gradual dos moradores em situação de rua.
- E) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

49 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução n. 325/2020 é correto afirmar

A) As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça deverão estar alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

B) Os órgãos do Poder Judiciário poderão promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, ministros, servidores e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe na elaboração de seus planejamentos estratégicos, garantida a contribuição da sociedade.

C) Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos bimestralmente, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

D) Compete à Presidência do Congresso Nacional, com o apoio da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.

E) Os Encontros Nacionais do Poder Judiciário serão realizados obrigatoriamente no mês de novembro de cada ano.

50 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No tocante a Resolução n. 351/2020 é incorreto afirmar

A) Nos casos de retaliação a funcionários(as) de empresas prestadoras de serviços que tenham noticiado fatos relacionados a esta Resolução, mesmo após eventual rescisão do contrato do prestador de serviços, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação deverão analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

B) A apuração de situação de assédio ou discriminação, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, será instaurada pela autoridade competente em razão de denúncia fundamentada, observados o devido processo legal e a ampla defesa.

C) Deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento de notícia de assédio ou discriminação, sendo permitido o anonimato.

D) Se o noticiante considerar inviável a resolução do conflito, poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

E) A Política de que se trata esta Resolução orienta-se pelo princípio da transversalidade e integração das ações.

QUESTÕES COMENTADAS

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 01 a 08.

O golpe está aí

Os celulares multiplicaram a chance de golpes. São de todo tipo: falsas pirâmides, oferecimento de serviços, falsos sequestros de familiares e assim por diante. Nossos sentimentos são sempre os mesmos: quando analisamos o golpe em setores que nunca nos enganariam, ficamos desolados com a ingenuidade alheia; quando se trata de algo que já fizemos, somos compreensivos. Nossa empatia é narcísica*, em geral.

Critiquei meu pai que quase caiu, lá por 2008, em um golpe de falso sequestro meu. “Como, pai, você, advogado, acostumado a analisar estelionatos, pode ter acreditado em uma história tão estapafúrdia?”

Ele argumentou comigo que o risco a um filho cegava quaisquer prudências e acionava um modo automático de defesa. O suposto grito de um filho apagava o título de advogado, e o risco à minha integridade o fragilizava. O amor tem razões alheias à razão em si, advertia Pascal.

Pensando nas muitas chances de golpe, acho importante que todos tenhamos presentes as zonas desprotegidas da mente. Risco aos filhos? Inquietudes financeiras? Sabendo onde estão nossos fios desencapados, fica mais fácil identificar risco de choque grave. Como posso agir então?

Devo programar meu cérebro. A voz gritando da minha filha me desestabiliza? Vou treinar e insistir muitas vezes que, em caso de ter o alarme acionado por uma ligação repentina, tomarei duas atitudes: ligarei para ela e para uma terceira pessoa (de preferência sem o mesmo envolvimento emocional) e seguirei a crise com a orientação alheia. Devo repetir, treinar, repetir e formar meu cérebro a essa reação. Reitero comigo todos os dias: “Se minha filha estiver em risco, envolverei meu cunhado e ligarei para ela”. Treinar a reação não impede a cegueira das prudências, mas cria um botão emergencial. Ao vivo e em segredo, a família pode treinar uma palavra-passe de emergência. O nome da avó ou o nome de um animal de estimação conhecido de todos. A palavra- -passe não deve estar no celular, pois ele pode ser clonado.

Todos possuímos fragilidades. O golpe está aí: cairemos todos. Os que se prepararem internamente possuirão maior esperança de evitar trambiqueiros.

(Leandro Karnal, O Estado de S.Paulo, 16 de nov. 2022. Adaptado)

*narcísica: relacionada ao mito de Narciso, que significa amor excessivo à própria imagem, que é voltado para si mesmo.

Analisando o primeiro parágrafo, a frase final – Nossa empatia é narcísica, em geral. – significa que

- A) sentimos, geralmente, afinidade com pessoas golpeadas.
- B) é dirigida aos outros nossa compreensão, normalmente.
- C) falta, geralmente, consideração com as pessoas ingênuas.
- D) nota-se, normalmente, indiferença quanto às nossas reações.
- E) é maior a nossa compreensão e direcionada a nós mesmos.

Comentário

A resposta da questão está na observação descrita no asterisco pela própria Vunesp:

*narcísica: relacionada ao mito de Narciso, que significa amor excessivo à própria imagem, que é voltado para si mesmo.

Portanto, analisando a frase final do primeiro parágrafo “Nossa empatia é narcísica, em geral”, chegamos à conclusão que é maior a nossa compreensão e direcionada a nós mesmos.

GABARITO E

2 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Há palavra ou expressão empregada em sentido figurado no trecho da alternativa:

- A) Nossos sentimentos são sempre os mesmos...
- B) ... ficamos desolados com a ingenuidade alheia...
- C) “Como, pai, (...) pode ter acreditado em uma história tão estapafúrdia?”
- D) Ele argumentou comigo que o risco a um filho cegava quaisquer prudências...
- E) ... acho importante que todos tenhamos presentes as zonas desprotegidas...

Comentário

D) Ele argumentou comigo que o risco a um filho cegava quaisquer prudências...

CORRETA. Existe prudência cega? Tem como cegar alguma prudência no mundo real? Fica claro que a expressão está sendo utilizada no modo figurado, conotativo, do conto de fadas.

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
<p>COMO DIFERENCIÁ-LOS</p> <p>É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.</p>	



GABARITO D

3 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia os seguintes trechos:

- ... quando analisamos o golpe em setores que nunca nos enganariam, ficamos **desolados** com a ingenuidade alheia...
- ... você, advogado, acostumado a analisar **estelionatos**...
- ... pode ter acreditado em uma história tão **estapafúrdia**?

No contexto em que estão inseridas, as palavras em destaque significam, correta e respectivamente:

- A) aborrecidos; escrúpulos; absurda.
- B) tristes; corrupções; descabida.
- C) entusiasmados; causas; razoável.
- D) eufóricos; trapaças; despropositada.
- E) consolados; malandragens; incoerente.

Comentário

B) tristes; corrupções; descabida.

CORRETA.

Desolados = que apresenta grande aflição, **grande tristeza**; consternado, aflito, desconsolado.

Estelionatos: fraudes, corrupções, etc.

Estapafúrdia: lógica, absurda, disparatada, despropositada, **descabida**, desarrazoada, insensata, desatinada.

GABARITO B

4 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia o seguinte trecho do 1º parágrafo:

São de todo tipo: falsas pirâmides, oferecimento de serviços, falsos sequestros de familiares e assim por diante.

De acordo com a norma-padrão de pontuação, os dois-pontos têm a função de

- A) explicar uma palavra anterior.
- B) cessar uma ideia apresentada.
- C) iniciar a fala de alguém.
- D) indicar uma pausa mais longa.
- E) apresentar palavras não usuais.

Comentário

A) explicar uma palavra anterior.

CORRETA.

O sinal de dois-pontos é usado para estabelecer relação entre dois enunciados, indicando que há uma citação, uma enumeração ou uma explicação referente à primeira oração.

1º) Citação usando dois-pontos

Ao se reproduzir uma citação, é comum que os dois-pontos apareçam após o verbo que indica a ação declarativa. A citação aparece na mesma linha, entre aspas, ou na linha seguinte, após um travessão. Veja os exemplos:

Ela pediu: “Quero o relatório na minha mesa até amanhã.”

Ele perguntou:

— Quando poderemos seguir adiante?

2º) Enumeração usando dois-pontos

Os dois-pontos também são usados para introduzir uma enumeração explicativa, ou seja, uma sequência que explica ou exemplifica o que foi dito anteriormente. Veja o exemplo a seguir:

Precisávamos de muitos itens: fraldas, mamadeiras, papinhas; tudo o que um neném pode usar em demasia.

3º) Explicação usando dois-pontos

Os dois-pontos ainda podem ser usados para indicar uma leve pausa no ritmo do enunciado que seguirá com uma explicação, uma síntese ou uma consequência do que foi declarado até ali. Perceba nos exemplos a seguir:

O que me irritava era isto: ela nunca se lembrava de encher a garrafa antes de colocar de volta na geladeira.

“A razão é clara: achava a sua conversação menos insossa que a dos outros homens.” (Machado de Assis)

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/dois-pontos.htm>

No caso da nossa questão, repare que os dois pontos foram utilizados para explicar uma palavra anterior, ou seja, explicar quais os tipos de golpes.

GABARITO A

5 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Leia os trechos do 5º e 6º parágrafos a seguir:

- “**Se** minha filha estiver em risco, envolverei meu cunhado e ligarei para ela”.
- Treinar a reação não impede a cegueira das prudências, **mas** cria um botão emergencial.
- Os que se prepararem **internamente** possuirão maior esperança de evitar trambiqueiros.

As expressões em destaque têm, correta e respectivamente, sentido de

- A) conclusão; explicação; tempo.
- B) condição; oposição; modo.
- C) conclusão; oposição; tempo.
- D) condição; explicação; modo.
- E) explicação; oposição; lugar.

Comentário

B) condição; oposição; modo.

CORRETA.

1º) – “**Se** minha filha estiver em risco, envolverei meu cunhado e ligarei para ela”.

- O “se”, no contexto da frase, é conjunção subordinada condicional, ou seja, possui ideia de condição, hipótese.

2º) – Treinar a reação não impede a cegueira das prudências, **mas** cria um botão emergencial.

- O “mas”, no contexto da frase, é conjunção coordenada adversativa, ou seja, exprime ideia de oposição em relação à oração anterior.

3º) – Os que se prepararem **internamente** possuirão maior esperança de evitar trambiqueiros.

- Como eles se preparavam? Internamente
- “internamente” exprime ideia de modo (advérbio de modo).

GABARITO B

6 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A expressão em destaque no 6º parágrafo – Todos **possuímos fragilidades**. –, obedecendo à norma-padrão de regência verbal, pode ser substituída, corretamente, por:

A) dispomos em fragilidades.

B) desfrutamos pelas fragilidades.

C) contamos das fragilidades.

D) detemos com fragilidades.

E) usufruímos de fragilidades.

Comentário

Questão simples de regência.

Quem usufrui, usufrui de alguma coisa.

GABARITO E

7 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as frases formuladas a partir do texto e assinale a alternativa que apresenta a frase correta, de acordo com a norma-padrão de concordância verbal.

A) A chance de golpes foram multiplicados com a expansão dos celulares.

- B) O golpe em setores que nunca nos enganariam nos deixam desolados.
- C) As fragilidades que nos tira do sério devem ser julgadas.
- D) A cegueira das prudências é acionada pelo risco a um filho.
- E) Antes do celular já haviam outros tipos de golpes.

Comentário

A) A chance de golpes foram multiplicados com a expansão dos celulares.

INCORRETA. Quem foi multiplicada? A chance. Portanto, o verbo deveria estar no singular.

O correto seria: A chance de golpes foi multiplicada com a expansão dos celulares.

B) O golpe em setores que nunca nos enganariam nos deixam desolados.

INCORRETA. O sujeito é “o golpe”.

O correto seria: O golpe em setores que nunca nos enganaria nos deixa desolados.

C) As fragilidades que nos tira do sério devem ser julgadas.

INCORRETA.

O correto seria: As fragilidades que nos tiram do sério devem ser julgadas.

D) A cegueira das prudências é acionada pelo risco a um filho.

CORRETA. O verbo está no singular concordando corretamente com o sujeito “a cegueira”.

E) Antes do celular já haviam outros tipos de golpes.

INCORRETA. O verbo “haver” empregado no sentido de existir é impessoal, ou seja, deve ficar sempre na 3ª pessoa do singular.

O correto seria: Antes do celular já havia outros tipos de golpes.

GABARITO D

8 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Observe o tempo verbal em destaque na frase do 4º parágrafo – ... acho importante que todos **tenhamos** presentes as zonas desprotegidas da mente.

Assinale a alternativa que substitui, corretamente, a forma verbal, mantendo o mesmo tempo.

- A) ... acho importante que todos façamos...
- B) ... acho importante que todos pretendemos...
- C) ... acho importante que todos pensamos...
- D) ... acho importante que todos queremos...
- E) ... acho importante que todos valorizamos...

Comentário

“acho importante que todos tenhamos” – trata-se do presente do subjetivo (empregado nas orações subordinadas para expressar ações hipotéticas ou desejadas).

A) ... *acho importante que todos façamos...*

CORRETA. Que todos nós façamos (está corretamente conjugado no presente do subjuntivo).

B) ... *acho importante que todos pretendemos...*

INCORRETA. O correto seria que todos nós pretendamos

C) ... *acho importante que todos pensamos...*

INCORRETA. Que todos nós pensemos.

D) ... *acho importante que todos queremos...*

INCORRETA. Que todos nós queiramos.

E) ... *acho importante que todos valorizamos...*

INCORRETA. Que todos nós valorizemos.

GABARITO A

9 - (Simulado Geral. 2021. Outras) Assinale a opção em que o sinal indicativo de crase está corretamente empregado.

- A) Não é sempre que estamos à disposição para videochamadas.
- B) É importante ter por perto uma lista de assuntos à tratar com o chefe.
- C) Cuidado para não dar demasiada atenção à questões alheias ao trabalho.

D) Queria falar com o colega à propósito de algo que vira em seu escritório.

E) Não revelava sua intimidade à ninguém, por ser muito reservado.

Comentário

A) Não é sempre que estamos à disposição para videochamadas.

CORRETA. O termo “à disposição”, nesse caso, é uma locução adverbial feminina, de forma que a crase é obrigatória.

Ex: à vontade; às claras; à direita; à míngua etc.

B) É importante ter por perto uma lista de assuntos à tratar com o chefe.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de verbo.

C) Cuidado para não dar demasiada atenção à questões alheias ao trabalho.

INCORRETA. “A” no singular seguido de palavra no plural, crase nem a pau. Essa regra é válida porque não temos a presença do artigo “a”. Se tivéssemos a presença do artigo “a”, ele deveria estar no plural para concordar com “questões”.

D) Queria falar com o colega à propósito de algo que vira em seu escritório.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de substantivos masculinos (o propósito).

E) Não revelava sua intimidade à ninguém, por ser muito reservado.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de pronomes indefinidos.

GABARITO A

10 - (Simulado Geral. 2014. Outras) Observe a charge a seguir.



Se colocarmos o pronome oblíquo “o” após a forma do verbo “empobrecem”, a forma correta da frase seria:

- A) empobrecem-o;
- B) empobrecem-no;
- C) empobrecem-lo;
- D) empobrece-no;
- E) empobrece-lo.

Comentário

Quem empobrece, empobrece alguém ou algo. O verbo empobrecer é transitivo direto, exigindo um objeto direto em seu complemento.

E para objetos diretos devemos utilizar o, a, os, as.

E quando o verbo termina em som nasal (am, em, ão), devemos modificar os pronomes o, a, os, as para no, na, nos, nas.

Portanto, o correto seria “empobrecem-no”.

GABARITO B

INFORMÁTICA

11 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Usando o Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário tem 3 arquivos em uma pasta: relatório.docx, controle.xlsx e apresentação. pptx. Esse usuário selecionou o arquivo relatório.docx e pressionou a tecla DEL. Em seguida, selecionou o arquivo controle.xlsx e, clicando com o botão

invertido do mouse, abriu o menu de contexto e selecionou a opção Apagar. Finalmente, selecionou o arquivo apresentação.pptx e pressionou as teclas SHIFT+DEL. Considerando que quaisquer solicitações de confirmação foram aceitas e que as operações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa que indica qual(is) arquivo(s) estará(ão) disponível(is) para recuperação na Lixeira do Windows.

- A) Nenhum dos arquivos.
- B) relatório.docx, controle.xlsx e apresentação.pptx.
- C) relatório.docx e controle.xlsx, apenas.
- D) relatório.docx e apresentação.pptx, apenas.
- E) controle.xlsx, apenas.

Comentário

A Lixeira é um diretório que retém itens apagados do disco rígido, permitindo sua recuperação em caso de eliminações acidentais. No sistema operacional Windows, por padrão, arquivos deletados do disco rígido são automaticamente redirecionados para a Lixeira. Entretanto, quando se trata de arquivos excluídos de outras unidades, eles são eliminados permanentemente. A fim de eliminar um item do disco rígido de maneira irreversível, sem que seja encaminhado para a Lixeira, é possível adotar qualquer método de exclusão enquanto se mantém a tecla Shift pressionada. Portanto, para eliminar definitivamente um item usando a tecla Del, é necessário empregar a combinação de teclas Shift + Del.

No caso da nossa questão:

- relatório.docx e controle.xlsx: foi utilizado a tecla DEL e a opção APAGAR (ambos os arquivos podem ser recuperados da Lixeira)
- apresentação.pptx: foi utilizada a combinação de teclas Shift + Del, de forma que o arquivo foi excluído permanentemente, ou seja, não é possível recuperar da Lixeira do Windows.

GABARITO C

12 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No MS-Word 2016, em português e em sua configuração padrão, um usuário digitou um parágrafo no documento da seguinte forma:

O resultado da aplicação da pesquisa sobre uma classe de alunos mostrou que 50% desses alunos não sabem, de forma concreta, calcular o resultado de x^2 .

Na expressão x^2 desse parágrafo o número 2 apresenta o efeito de fonte que recebe o nome de

- A) elevado.
- B) sobrescrito.

- C) subscripto.
- D) tachado.
- E) tachado duplo.


Comentário

O efeito do número 2 é o SOBRESCRITO. Tal efeito faz com que o texto seja exibido acima do restante da linha.

GABARITO B

13 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp. Adaptada) Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A
1	20
2	27
3	32
4	11

Após selecionar as células do intervalo A1:A4, o usuário clicou no ícone . Ao fazer isso, na célula A2 aparece o valor

- A) 20
- B) 27
- C) 32
- D) 11
- E) 0

Comentário

A ferramenta utilizada chama-se “Classificar de A a Z”, ou seja, tem a função de classificar do menor para o maior.

Portanto, nossa tabela ficaria assim:

- A1 = 11
- A2 = 20
- A3 = 27

GABARITO A

14 - (Simulado Geral. 2022. Outras) "Se existe uma coisa que a pandemia do novo coronavírus mudou foram as relações. A necessidade de distanciamento para evitar a contaminação exigiu que recorrêssemos ainda mais a tecnologia para nos comunicarmos. Encontros familiares, conversas com amigos, reuniões de trabalho e cursos saíram das mesas para os aplicativos de videoconferência".

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/13-plataformaspara-reunioes-eventos-e-videoconferencias-online/>

Entre os aplicativos mais populares podemos citar – Zoom, Google Meeting, Microsoft Teams, dentre outros.

Sobre o Microsoft Teams, julgue afirmações a seguir:

- I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.
- II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.
- III. Não há limite máximo de participantes.

Está (ão) correta, apenas:

- A) I.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II.

Comentário

I. Permite acesso, edição e compartilhamento de arquivos de Word, Excel e Power Point em tempo real.

CORRETA. Vejamos a explicação da própria Microsoft:

Colaborar em arquivos no Microsoft Teams

Microsoft Teams

À medida que sua equipe trabalha em conjunto, você sem dúvida terá arquivos nos quais deseja compartilhar e colaborar. O Teams facilita o compartilhamento de arquivos e o trabalho deles juntos. Se trabalhar em arquivos Word, Excel, PowerPoint ou Visio, seus colegas poderão até mesmo exibir, editar e colaborar neles, diretamente no Teams (a edição no Visio requer uma licença).

Observação: Se o arquivo não for um dos tipos mencionados acima, ele deverá ser exibido no SharePoint ou no aplicativo correspondente.

II. Esse serviço está disponível somente por meio de assinatura paga.

INCORRETA. Também está disponível a versão gratuita.

III. Não há limite máximo de participantes.

INCORRETA. Há sim limite de participantes:

Eventos ao vivo

Eventos ao vivo são reuniões estruturadas que permitem que sua organização agende e produza eventos que são transmitidos para grandes audiências online—até 20.000 pessoas. Com eventos ao vivo, a interação do público é uma experiência gerenciada de Q&A.

Recurso	Limite máximo
Tamanho da audiência	Até 20.000 participantes ¹
Duração do evento	4 horas
Eventos ao vivo simultâneos em execução em uma organização do Microsoft 365 ou Office 365 ²	15

¹ Os 10.000 usuais são aumentados para 20.000 até 31 de dezembro de 2023. Você pode agendar números ainda maiores com eventos ao vivo em Viva Engage e/ou Microsoft Stream. Para obter mais informações, consulte [Eventos ao vivo no Microsoft 365](#). Observe que eventos com mais de 20.000 participantes exigem o [Programa de Assistência a Eventos ao Vivo](#).

GABARITO A

15 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução CNJ nº 185/2013, é INCORRETO afirmar que:

- A) O uso inadequado do sistema que cause redução significativa de sua disponibilidade poderá ensejar o bloqueio total, preventivo e temporário, do usuário.
- B) O Tribunal poderá configurar o sistema de modo que processos de determinadas classes, assuntos ou por outros critérios sejam considerados em segredo de justiça automaticamente.
- C) Os atos processuais praticados por usuários externos considerar-se-ão realizados na data e horário do seu envio no PJe.
- D) A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até o horário de funcionamento do Fórum do dia em que se encerra o prazo processual, considerado o horário do Município sede do órgão judiciário ao qual é dirigida a petição.
- E) Será de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida.

Comentário

A) O uso inadequado do sistema que cause redução significativa de sua disponibilidade poderá ensejar o bloqueio total, preventivo e temporário, do usuário.

CORRETA. Nos termos do art. 29:

Art. 29. O uso inadequado do sistema que cause redução significativa de sua disponibilidade poderá ensejar o bloqueio total, preventivo e temporário, do usuário.

B) O Tribunal poderá configurar o sistema de modo que processos de determinadas classes, assuntos ou por outros critérios sejam considerados em segredo de justiça automaticamente.

CORRETA. Nos termos do § 3º do art. 28:

Art. 28

(...)

§ 3º O Tribunal poderá configurar o sistema de modo que processos de determinadas classes, assuntos ou por outros critérios sejam considerados em segredo de justiça automaticamente.

C) Os atos processuais praticados por usuários externos considerar-se-ão realizados na data e horário do seu envio no PJe.

CORRETA. Nos termos do art. 26:

Art. 26. Os atos processuais praticados por usuários externos considerar-se-ão realizados na data e horário do seu envio no PJe.

D) A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até o horário de funcionamento do Fórum do dia em que se encerra o prazo processual, considerado o horário do Município sede do órgão judiciário ao qual é dirigida a petição.

INCORRETA. Pois a A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até as 24 (vinte e quatro) horas do dia em que se encerra o prazo processual, ou seja, não se vincula ao horário de funcionamento do Fórum:

Art. 26

§ 1º A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até as 24 (vinte e quatro) horas do dia em que se encerra o prazo processual, considerado o horário do Município sede do órgão judiciário ao qual é dirigida a petição.

E) Será de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida.

CORRETA. Nos termos do § 4º do art. 26:

Art. 26

(...)

§ 4º Será de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida.

GABARITO D

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) André, Bernardo e Carlos são irmãos e juntam dinheiro em certo cofre. Certa manhã, André pegou R\$ 1.650 do cofre e, em seguida, pegou mais a terça parte do que sobrou. Logo depois, Bernardo pegou R\$ 275 do cofre e, em seguida, pegou mais a terça parte do que sobrou. Mais tarde Carlos pegou todo o dinheiro que restava no cofre. Sabendo que Bernardo e Carlos pegaram a mesma quantia e que André pegou o dobro do que os outros dois irmãos juntos, antes de André fazer sua primeira retirada o total de dinheiro no cofre estava compreendido entre

- A) R\$ 3.000 e R\$ 3.500.
- B) R\$ 3.500 e R\$ 4.000.
- C) R\$ 4.000 e R\$ 4.500.
- D) R\$ 4.500 e R\$ 5.000

E) R\$ 5.000 e R\$ 5.500.

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado passo a passo:

- Valor total do cofre: **x**
- André pegou **1650**
- ✓ Restou no cofre **x - 1650**
- André pegou mais a terça parte do que sobrou $\frac{1}{3} \cdot (x - 1650)$
- ✓ Restou no cofre $\frac{2}{3} \cdot (x - 1650)$
- Bernardo pegou **275**
- ✓ Restou no cofre $\frac{2}{3} \cdot (x - 1650) - 275$
- Bernardo pegou mais a terça parte do que sobrou $\frac{1}{3} \cdot [\frac{2}{3}(x - 1650) - 275]$
- ✓ Restou no cofre e conseqüentemente é o sobrou ao Carlos $\frac{2}{3} \cdot [\frac{2}{3}(x - 1650) - 275]$

Adiante, sabendo que Bernardo e Carlos pegaram a mesma quantia:

$$275 + \frac{1}{3} \cdot \left[\frac{2}{3}(x - 1650) - 275 \right] = \frac{2}{3} \cdot \left[\frac{2}{3}(x - 1650) - 275 \right]$$

$$275 = \frac{1}{3} \cdot \left[\frac{2}{3}(x - 1650) - 275 \right]$$

$$825 = \frac{2}{3}(x - 1650) - 275$$

$$1100 = \frac{2}{3}(x - 1650)$$

$$3300 = 2(x - 1650)$$

$$1650 = x - 1650$$

$$x = \mathbf{3300}$$

GABARITO A

17 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O preço à vista de um celular é de R\$ 1.280,00. Caso o comprador queira pagar a prazo, em 10 prestações mensais fixas, cada prestação será de R\$ 153,60. Nesse caso, o acréscimo que o comprador pagará, em relação ao preço do pagamento à vista, corresponderá a:

A) 16%

- B) 18%
- C) 15%
- D) 20%
- E) 12%

Comentário

Vamos organizar as informações:

- À vista será pago R\$1.280,00
- A prazo em dez parcelas de R\$153,60 o total de R\$1.536,00

Nesse caso, o acréscimo que o comprador pagará, em relação ao preço do pagamento à vista, corresponderá a:

$$1536 - 1280 = R\$256,00$$

Regra de três:

1280	100%
256	x

$$1280x = 25600$$

$$x = 25600 \div 1280$$

$$x = 20\%$$

GABARITO D

18 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A produção de certa quantidade de um produto é automatizada e efetuada por uma única prensa. Para produzir uma quantidade x de unidades desse produto, essa prensa trabalha, ininterruptamente, ou não, durante 4 horas, 11 minutos e 6 segundos. Pretende-se dividir a quantidade produzida em 3 partes de igual período. Sendo assim, cada parte da produção terá um período de tempo igual a 1 hora,

- A) 04 minutos e 02 segundos.
- B) 15 minutos e 06 segundos.
- C) 23 minutos e 42 segundos.
- D) 37 minutos e 02 segundos.
- E) 44 minutos e 18 segundos.

Comentário

Inicialmente vamos converter na mesma unidade o trabalho da prensa:

$$4 \text{ horas} = 240 \text{ minutos} + 11 \text{ minutos} = 251 \text{ minutos}$$

$$251 \times 60 = 15060 + 6 = 15066 \text{ segundos}$$

Pretende-se dividir a quantidade produzida em 3 partes de igual período, sendo que devemos descontar 1 hora de cada parte, isto é, 60 minutos ou 3600 segundos:

$$15066 - 10800 = 4266 \div 3 = 1422 \text{ segundos}$$

Cada parte da produção terá um período de tempo igual a 1 hora,

$$1422 \div 60 = 23,7 \text{ minutos}$$

Cada parte da produção terá um período de tempo igual a 1 hora, **23 minutos e**

$$0,7 \times 60 = 42 \text{ segundos}$$

GABARITO C

19 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a seguinte afirmação, baseada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas públicas de Ensino Fundamental do Município de Peruíbe, do ano 2021, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi maior que 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi menor que 5,5.

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação apresentada.

A) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor que 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior que 5,5.

B) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor ou igual a 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior ou igual a 5,5.

C) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi maior ou igual a 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi menor ou igual a 5,5.

D) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor que 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior que 5,5.

E) O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor ou igual a 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior ou igual a 5,5.

Comentário

O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi maior que 5,5, e o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi menor que 5,5 = $p \wedge q$

NEGAÇÃO DE UMA CONJUNÇÃO: Para negar uma proposição composta por uma **conjunção**, nós devemos negar a primeira proposição e depois negar a segunda e trocamos "e" por "ou" **disjunção**.

O Ideb do Ensino Fundamental dos anos iniciais foi menor ou igual a 5,5, ou o Ideb do Ensino Fundamental dos anos finais foi maior ou igual a 5,5 = $\sim p \vee \sim q$

GABARITO E

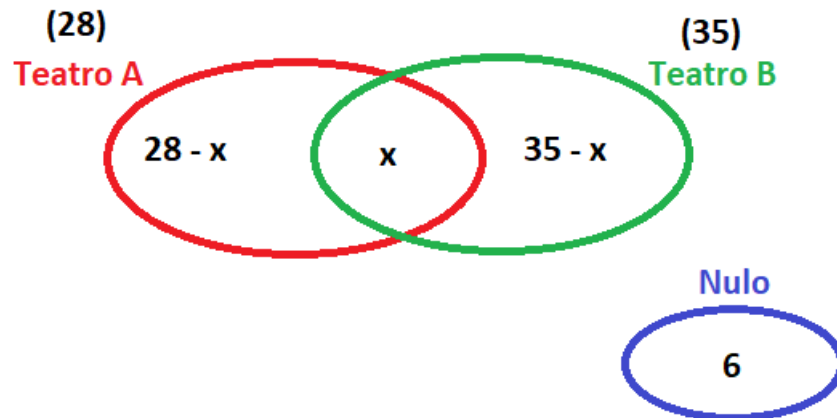
20 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um grupo de 50 pais de alunos concluintes do Ensino Fundamental escolherá um local para a solenidade de formatura. Para tanto, dois teatros, A e B, foram sugeridos pela escola e, em votação, teve pai que votou apenas em um desses teatros, pai que votou em ambos (ou seja, foi indiferente) e, também, teve pai que votou em nenhum desses teatros. Sabendo-se que o teatro A foi votado por 28 pais, o teatro B foi votado por 35 pais, e que 6 pais votaram em nenhum desses teatros, é correto afirmar que o número de pais que votaram

- A) em ambos os teatros é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro A.
- B) em ambos os teatros é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro B.
- C) em ambos os teatros excedeu em 10 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.
- D) apenas no teatro A excedeu em 3 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.
- E) apenas no teatro B excedeu em 12 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros.

Comentário

Questão de conjunto:

Sabendo-se que o teatro A foi votado por 28 pais, o teatro B foi votado por 35 pais, e que 6 pais votaram em nenhum desses teatros



Agora, precisamos descobrir o valor de x para saber quantos pais votaram nos dois teatros:

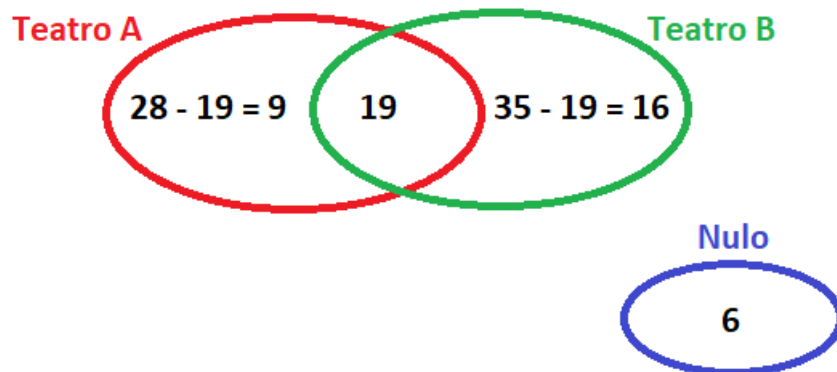
$$28 - x + x + 35 - x + 6 = 50$$

$$69 - x = 50$$

$$x = 69 - 50$$

$$x = 19$$

Representando, temos:



É correto afirmar que o número de pais que votaram

~~A) em ambos os teatros (19) é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro A (9).~~

INCORRETA.

~~B) em ambos os teatros (19) é menor que o número de pais que votaram apenas no teatro B (16).~~

INCORRETA.

~~C) em ambos os teatros (19) excedeu em 10 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros (6).~~

INCORRETA.

D) apenas no teatro A (9) excedeu em 3 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros (6).

CORRETA.

~~E) apenas no teatro B (16) excedeu em 12 o número de pais que votaram em nenhum dos dois teatros (6).~~

INCORRETA.

GABARITO D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS


DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

- A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.
- B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.
- E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

Comentário

CRIMES		
IMPRESCRITÍVEIS	INAFIANÇÁVEIS	INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
<ul style="list-style-type: none"> • Racismo • Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático <p>MACETE: "RAÇÃO"</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Racismo • Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático • Tortura • Tráfico de Drogas • Terrorismo • Crimes Hediondos <p>MACETE: RAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tortura • Tráfico de Drogas • Terrorismo • Crimes Hediondos <p>MACETE: "3TH"</p>



Perceba que a pena de racismo é RECLUSÃO! Vunesp costuma trocar para detenção.

Lembre-se: Racismo começa com R, R de RECLUSÃO

No caso da nossa questão, o crime mencionado (tráfico ilícito de entorpecentes) é considerado crime INAFIANÇÁVEL E INSUSCETÍVEL de graça ou anistia, por ele respondendo o executor (Ronaldo), o mandante (Luís) e que se omitiu (Carolina):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

GABARITO E

22 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Martina nasceu quando seus pais, brasileiros natos, faziam um intercâmbio para aprender inglês em um determinado país estrangeiro. Ela foi registrada em repartição brasileira competente e, logo após seu nascimento, seus pais com ela voltaram para o Brasil, onde residem até o momento. Martina irá completar dezoito anos e deseja fazer curso superior com o objetivo de, futuramente, exercer cargo da carreira diplomática no Brasil.

De acordo com a Constituição Federal, baseando-se apenas nas informações fornecidas, com relação ao cargo pretendido, Martina poderá exercê-lo

- A) independentemente de possuir nacionalidade brasileira.
- B) apenas se se naturalizar brasileira, pois que não é considerada brasileira nata.
- C) em razão de ser brasileira nata.
- D) apenas se optar pela nacionalidade brasileira depois que atingida a sua maioridade.
- E) apenas se seus pais tiverem feito a opção pela nacionalidade brasileira de Martina assim que chegaram no Brasil.

Comentário

Inicialmente, como Martina nasceu no estrangeiro e seus pais não estavam a serviço do Brasil, ela não poderá ser considerada brasileira nata pelo critério previsto no art. 12, I, “b”:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Contudo, como sua mãe era brasileira e ela foi registrada em repartição brasileira competente, ela é considerada brasileira nata pelo primeiro critério estabelecido na alínea “c”, independentemente de qualquer outra condição:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

E uma vez considerada brasileira nata, ela poderá exercer cargo da carreira diplomática do Brasil (cargo privativo de brasileiro nato):

Art. 12

(...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

GABARITO C

23 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo da União, também tem ocupado, por cerca de uma década, cargo em comissão no âmbito desse ente federativo. Para se inteirar de sua situação funcional, Ana questionou o departamento de recursos humanos a respeito da possibilidade de os respectivos valores serem permanentemente integrados aos seus estímulos regulares, mesmo que deixe de ocupar o referido cargo em comissão.

Foi corretamente esclarecido a Ana, à luz da Constituição da República de 1988, que o objetivo almejado

A) é expressamente vedado.

B) somente é permitido para aqueles que recebam remuneração, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei complementar.

C) é expressamente permitido para aqueles que recebam remuneração ou subsídio, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei ordinária.

D) é expressamente permitido para aqueles que recebam remuneração ou subsídio, mas o permissivo constitucional deve ser integrado por lei complementar.

E) somente é permitido para aqueles que recebam remuneração, mas o permissivo constitucional deve ser integrado pelo regime jurídico da categoria.

Comentário

Excelente caso prático para revisarmos o § 9º do art. 39 da CF/88:

Art. 39

(...)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

GABARITO A

DIREITO ADMINISTRATIVO

24 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito das práticas Autocompositivas, do Termo de Ajustamento de Conduta e da Suspensão Condicional da Sindicância, é correto afirmar nos termos da Lei nº 10.261/68 que:

- A) Apenas a autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo fica autorizado, mediante despacho fundamentado, a propor as práticas autocompositivas, a celebração de termo de ajustamento de conduta, bem como a suspensão condicional da sindicância, nos termos desta lei.
- B) As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da obrigatoriedade, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, formalidade, consensualidade e celeridade.
- C) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial.
- D) É vedada às Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Controladoria Geral do Estado e as Autarquias estabelecer condições para a suspensão da sindicância.
- E) A proposta de celebração do termo de ajustamento de conduta deverá ser feita a pedido do funcionário interessado, sendo vedada a atuação de ofício.

Comentário

A) ~~Apenas~~ a autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo fica autorizado, mediante despacho fundamentado, a propor as práticas autocompositivas, a celebração de termo de ajustamento de conduta, bem como a suspensão condicional da sindicância, nos termos desta lei.

INCORRETA. Ficam autorizados a autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e o Procurador do Estado responsável por sua condução:

Artigo 267-A - A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e o Procurador do Estado responsável por sua condução ficam autorizados, mediante despacho fundamentado, a propor as práticas autocompositivas, a celebração de termo de ajustamento de conduta, bem como a suspensão condicional da sindicância, nos termos desta lei. (NR)

B) As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da ~~obrigatoriedade~~, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, ~~formalidade~~, consensualidade e celeridade.

INCORRETA.

Artigo 267-B - As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da **voluntariedade**, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, **informalidade**, consensualidade e celeridade, observado o seguinte: (NR)

PRINCÍPIOS DAS PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS (LEI Nº 10.261/68)

- | |
|-----------------------|
| ✓ VOLUNTARIEDADE |
| ✓ CORRESPONSABILIDADE |
| ✓ REPARAÇÃO DO DANO |
| ✓ CONFIDENCIALIDADE |
| ✓ INFORMALIDADE |
| ✓ CONSENSUALIDADE |
| ✓ CELERIDADE |

C) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial.

CORRETA. É o que dispõe o § 3º do art. 267-B:

Art. 267-B

(...)

§ 3º - O conteúdo das sessões restaurativas **é sigiloso**, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial. (NR)

D) ~~É vedado~~ às Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Controladoria Geral do Estado e as Autarquias estabelecer condições para a suspensão da sindicância.

INCORRETA. É autorizado!

Artigo 267-P - As Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Controladoria Geral do Estado e as Autarquias **poderão estabelecer condições para a suspensão da sindicância**, observadas as especificidades de sua estrutura ou de sua atividade. (NR)

E) A proposta de celebração do termo de ajustamento de conduta deverá ser feita a pedido do funcionário interessado, ~~sendo vedada a atuação de ofício.~~

INCORRETA. Pois a atuação também poderá ser de ofício:

Artigo 267-H - A proposta de celebração do termo de ajustamento de conduta poderá ser feita de ofício ou a pedido do funcionário interessado. (NR)

GABARITO C

25 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Em setembro de 2022, Cristina, servidora pública estável, ocupante de cargo efetivo do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições, culposamente, ocasionou lesão a bens do mencionado ente federativo que estavam sob sua guarda.

Considerando o disposto na lei de improbidade administrativa e no regime jurídico dos servidores públicos do Estado de São Paulo é correto afirmar que Cristina

- A) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- B) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- C) não pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual.
- D) é responsável pelos prejuízos causados e será obrigada a repor, de uma só vez, a importância apurada.
- E) é responsável pelos prejuízos causados, sendo que eventual desconto em sua remuneração não pode exceder a décima parte do valor desta.

Comentário

Inicialmente, por se tratar de uma conduta culposa, Cristina não poderia ser enquadrada na Lei de Improbidade Administrativa, eis que os atos de improbidade administrativa exigem DOLO.

Por outro lado, o funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados, nos termos do art. 245 da Lei nº 10.261/68:

Artigo 245 - O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

E nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais:

Artigo 247 - Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

Todavia, no caso da nossa questão, não se trata de alcance, desfalque, remissão ou omissão.

E, fora dessas hipóteses, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à 10ª (décima) parte do valor destes, nos termos do art. 248:

Artigo 248 - Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à 10ª (décima) parte do valor destes.

GABARITO E

26 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Josimar, funcionário de carreira de determinada empresa pública prestadora de serviço público, de forma dolosa, em janeiro de 2023, utilizou equipamentos e materiais de propriedade da empresa para a construção de uma piscina de hidromassagem em sua casa.

Acerca da situação apresentada, evidencia-se que Josimar incorreu em ato de improbidade administrativa na modalidade de

- A) enriquecimento ilícito.
- B) lesão ao erário.
- C) atentado contra os princípios da Administração Pública.
- D) concessão de benefício fiscal em percentual superior ao permitido.
- E) frustração de processo licitatório.

Comentário

A conduta narrada configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IV - utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO A

27 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Ísis e Kael assumiram cargos públicos na Administração Pública Municipal por meio de concurso público e, após um ano do início do exercício das suas funções, foram instados a fornecer cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que apresentaram à Receita Federal, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. Todavia, Ísis se recusou a apresentar o documento e Kael apresentou cópia

falsa da declaração. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- A) ambos ficarão sujeitos à pena de suspensão das suas funções, até que apresentem o referido documento.
- B) Ísis ficará sujeita à pena de advertência e Kael à pena de demissão do serviço público.
- C) ambos ficarão sujeitos à pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- D) Ísis ficará isenta de qualquer sanção se já havia apresentado a declaração na data da posse e Kael deverá responder processo criminal pela sua conduta.
- E) Ísis ficará sujeita à pena de suspensão das suas funções e Kael ficará sujeito à pena de demissão.

Comentário

C) ambos ficarão sujeitos à pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CORRETA. Pois será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa, nos termos do § 3º do art. 13:

Art. 13

(...)

§ 3º Será apenado com a **pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis**, o agente público que **se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado** ou **que prestar declaração falsa**. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28 - (Simulado Geral. 2022. Outras) Maria, Oficial de Justiça, por 2 (duas) vezes, procurou o citando Mário em seu domicílio, mas não o encontrou e suspeitou de que ele estava se ocultando, pois a vizinha lhe disse que o proprietário da banca de jornal existente na frente do prédio avisara a Mário, quando Maria se aproximava da portaria, para ele sair pelo portão de veículos do condomínio.

De acordo com o Código de Processo Civil, Maria deverá

- A) certificar o ocorrido e informar ao juízo, a fim de viabilizar a citação de Mário por edital, caso não compareça espontaneamente ao cartório nos próximos 15 (quinze) dias.

B) certificar o ocorrido e informar ao juízo, a fim de viabilizar a citação de Mário por edital, com prazo fixado pelo juízo que variará entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

C) intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

D) intimar qualquer morador da casa ou funcionário que trabalhe no condomínio de que, na próxima semana, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

E) comparecer mais uma vez presencialmente e, mantida a frustração da diligência, intimar qualquer pessoa que esteja no local de que voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Comentário

C) intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

CORRETA. Como o Oficial de Justiça já compareceu 2 vezes sem encontrar o citando e havendo suspeita de ocultação, poderá ser efetuada a citação por hora certa, ou seja, o Oficial de Justiça intima qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar:

Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Parágrafo único. Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o caput feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

GABARITO C

29 - (Simulado Geral. 2022. Outras) A tutela de evidência será concedida quando

A) houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

B) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

C) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.

D) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

Comentário

~~A) *houver, independentemente da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.*~~

INCORRETA. A tutela de evidência é uma espécie da tutela de urgência. Ela INDEPENDENTE da demonstração de perigo de dano ou de risco do resultado útil do processo.

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

~~B) *ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.*~~

INCORRETA.

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

~~C) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, independentemente do conteúdo da manifestação do réu.~~

INCORRETA. Depende do conteúdo da manifestação do réu:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

~~D) *as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.*~~

CORRETA.

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

E) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e ~~houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.~~

INCORRETA.

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, **independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo**, quando:

GABARITO D

30 - (Simulado Geral. 2022. Outras) De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência do recurso pelo autor

A) depende da concordância do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel; porém, a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação do réu.

B) depende da concordância do réu, assim como a renúncia ao direito de recorrer, salvo, em ambos os casos, se o réu ainda não tiver sido citado ou for revel.

C) e a renúncia ao direito de recorrer não dependem de concordância do réu, independentemente de este já ter sido citado ou de ser ou não revel.

D) não depende da concordância do réu; porém, a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel.

E) só depende da concordância do réu nos casos em que este também tiver interposto recurso contra o mesmo ato judicial recorrido; já a renúncia ao direito de recorrer independe da concordância do réu em qualquer circunstância.

Comentário

Tanto a desistência quanto a renúncia ao direito de recorrer INDEPENDEM DE ACEITAÇÃO DO RÉU:

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, **sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.**

Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Art. 999. A renúncia ao direito de recorrer **independe da aceitação da outra parte.**

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

B) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

C) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao Promotor de Justiça competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 48 (quarenta e oito) horas ao Promotor de Justiça competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

E) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

Comentário

A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

CORRETA. Nos termos do art. 306 do CPP:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

B) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

INCORRETA. É em até 24 horas:

Art. 306

§ 1º **Em até 24 (vinte e quatro) horas** após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

C) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao Promotor de Justiça competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

INCORRETA. Será encaminhado ao JUIZ COMPETENTE, e caso o autuado não informe advogado, será remetida cópia integral para a DEFENSORIA PÚBLICA:

Art. 306

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado **ao juiz competente** o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a **Defensoria Pública.**

D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em até 48 (quarenta e oito) horas ao Promotor de Justiça competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

INCORRETA. A comunicação deve ser feita IMEDIATAMENTE:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados **imediatamente** ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

E) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

INCORRETA. Vide alternativa “c”.

GABARITO A

32 - (Simulado Geral. 2022. Vunesp) Considere que determinado indivíduo foi preso em flagrante e que, em seguida, foi-lhe concedida liberdade provisória mediante o pagamento de fiança. Foi criminalmente processado e, no curso da ação penal, devido a uma nova classificação do delito, a imputação passou a ser inafiançável.

Diante desse cenário, de acordo com o artigo 339 do CPP, é correto afirmar que

- A) a fiança será cassada.
- B) a liberdade não será revogada.
- C) deverá ser decretada a prisão preventiva do acusado.
- D) deverá ser decretada a prisão temporária do acusado.

E) apenas em caso de condenação, a fiança deve ser cassada, devendo o juiz aguardar tal momento para decidir sobre o tema.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 339 do CPP:

Art. 339. Será também cassada a fiança quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

GABARITO A

33 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nos termos do artigo 361 do CPP, o réu que não for encontrado

- A) será citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.
- B) será citado por carta precatória ou rogatória.
- C) será citado por hora certa, de acordo com as regras do CPC.
- D) será declarado revel, com nomeação de defensor público para exercício de sua defesa.
- E) terá nomeado defensor dativo, que velará por sua defesa.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 361 do CPP:

Art. 361. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias.

GABARITO A

DIREITO PENAL

34 - (Simulado Geral. 2023. Outras) José, servidor público, com vontade livre e consciente, solicitou para si, diretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, retardando a prática de ato de ofício.

Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, José praticou o crime de

- A) peculato.
- B) concussão.
- C) corrupção passiva.

D) prevaricação.

E) condescendência criminosa.

Comentário

Falou em SOLICITAR, falou em CORRUPÇÃO PASSIVA:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

GABARITO C

35 - (Simulado Geral. 2023. Outras) Luísa, servidora pública, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso.

Nesse caso, Luísa deve responder por delito de

A) prevaricação.

B) fraude em certame de interesse público.

C) advocacia administrativa.

D) condescendência criminosa.

E) violação de sigilo funcional.

Comentário

A conduta narrada configura o crime de Fraudes em certames de interesse público:

Fraudes em certames de interesse público (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

I - concurso público; (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

II - avaliação ou exame públicos; (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

§ 1o Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

§ 2o Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

§ 3o Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

GABARITO B

36 - (Simulado Geral. 2023. Outras) João, com o objetivo precípua de prejudicar o seu desafeto, comunicou o delegado de polícia que Tício teria estuprado Petônia, muito embora soubesse ser ele inocente. A autoridade policial, tomando ciência dos fatos, deflagrou inquérito policial para fins de apuração.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- A) comunicação falsa de crime;
- B) denúncia caluniosa;
- C) difamação;
- D) calúnia;
- E) injúria.

Comentário

A conduta narrada configura o crime de denúncia caluniosa:

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

GABARITO B

DIREITO PENAL MILITAR

37 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Assinale o crime cuja pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário-mínimo.

- A) Concussão
- B) Desvio
- C) Peculato
- D) Corrupção passiva
- E) Corrupção ativa

Comentário

Essa causa de aumento de pena se refere ao crime de Peculato:

Peculato

Art. 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de três a quinze anos.

§ 1º A pena aumenta-se de um terço, se o objeto da apropriação ou desvio é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo.

GABARITO C

38 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Analise as seguintes assertivas a respeito do crime de falsificação de documento, previsto no art. 311 do Código Penal Militar.

I) A pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.

II) Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.

III) A conduta criminosa consiste em omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Está correto o que se afirma em:

A) III, apenas.

B) I, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

Comentário

I) A pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.

CORRETA.

Falsificação de documento

Art. 311. Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena - sendo documento público, reclusão, de dois a seis anos; sendo documento particular, reclusão, até cinco anos.

Agravação da pena

§ 1º A pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar.

(...)

II) Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.

CORRETA. Nos termos do § 2º do art. 311:

Art. 311

(...)

Documento por equiparação

§ 2º Equipara-se a documento, para os efeitos penais, o disco fonográfico ou a fita ou fio de aparelho eletromagnético a que se incorpore declaração destinada à prova de fato juridicamente relevante.

III) A conduta criminosa consiste em omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

INCORRETA. Pois essa conduta se refere à falsidade ideológica:

Falsidade ideológica

Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena - reclusão, até cinco anos, se o documento é público; reclusão, até três anos, se o documento é particular.

GABARITO C

39 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Obter para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em militar ou assemelhado ou funcionário de repartição militar, no exercício de função, configura o crime de:

- A) Tráfico de influência
- B) Comunicação falsa de crime
- C) Corrupção
- D) Prevaricação
- E) Falso testemunho

Comentário

A conduta narrada configura o crime de Tráfico de Influência:

Tráfico de influência

Art. 336. Obter para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em militar ou assemelhado ou funcionário de repartição militar, no exercício de função:

Pena - reclusão, até cinco anos.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao militar ou assemelhado, ou ao funcionário.

GABARITO A

40 - (Siga Escrevente. 2023. Inéditas) Assinale o crime praticado contra a administração da justiça militar cuja pena é agravada se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

- A) Recusa de função na justiça militar
- B) Desacato
- C) Coação
- D) Denúncia caluniosa
- E) Publicidade opressiva

Comentário

A causa de agravamento de pena se refere ao crime de denúncia caluniosa:

Denúncia caluniosa

Art. 343. Dar causa à instauração de inquérito policial ou processo judicial militar contra alguém, imputando-lhe crime sujeito à jurisdição militar, de que o sabe inocente:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Agravação de pena

Parágrafo único. A pena é agravada, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

41 - (Siga Escrevente. 2023. Inéditas) De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- A) se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- B) se tiver aconselhado qualquer das partes.

- C) ele próprio tiver servido como testemunha
- D) se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- E) se for presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo;

Comentário

As causas de impedimento do juiz estão previstas no art. 37 do CPP Militar:

Art. 37. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive;**
- b) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções **ou servido como testemunha;****
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;**
- d) êle próprio ou seu cônjuge, ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, fôr parte ou diretamente interessado.**

GABARITO C

42 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A citação do militar em situação de atividade ou a assemelhado far-se-á mediante:

- A) Oficial de Justiça
- B) requisição à autoridade sob cujo comando ou chefia estiver, a fim de que o citando se apresente para ouvir a leitura do mandado e receber a contrafé.
- C) carta postal
- D) edital
- E) carta precatória

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 280 do CPP Militar:

Art. 280. A citação a militar em situação de atividade ou a assemelhado far-se-á mediante requisição à autoridade sob cujo comando ou chefia estiver, a fim de que o citando se apresente para ouvir a leitura do mandado e receber a contrafé.

GABARITO B

43 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Sobre a instrução criminal, é correto afirmar que:

- A) O processo ordinário inicia-se com o oferecimento da denúncia.
- B) O prazo para a conclusão da instrução criminal é de trinta dias, estando o acusado preso, e de sessenta, quando solto, contados do recebimento da denúncia.
- C) O tempo de defesa, assim para a acusação como para a defesa, será de uma hora para cada uma, no máximo.
- D) Não terão preferência para a instrução criminal os processos a que respondam os acusados presos.
- E) Cada acusado poderá indicar até três testemunhas, podendo ainda requerer sejam ouvidas testemunhas referidas ou informantes, não excedentes a três.

Comentário

A) O processo ordinário inicia-se com o ~~oferecimento~~ da denúncia.

INCORRETA. É com o recebimento:

Art. 396. O processo ordinário inicia-se com o recebimento da denúncia.

B) O prazo para a conclusão da instrução criminal é de trinta dias, estando o acusado preso, e de sessenta, quando solto, contados do recebimento da denúncia.

INCORRETA. O prazo é de 50 dias para acusado preso e de 90 para solto:

Art. 390. O prazo para a conclusão da instrução criminal é de cinquenta dias, estando o acusado prêso, e de noventa, quando sôlto, contados do recebimento da denúncia.

C) O tempo de sustentação oral, assim para a acusação como para a defesa, será de uma hora para cada uma, no máximo.

INCORRETA. Será de 3 horas, no máximo:

Sustentação oral da acusação e defesa

Art. 433. Terminada a leitura, o presidente do Conselho de Justiça dará a palavra, para sustentação das alegações escritas ou de outras alegações, em primeiro lugar ao procurador, em seguida ao assistente ou seu procurador, se houver, e, finalmente, ao defensor ou defensores, pela ordem de autuação dos acusados que representam, salvo acôrdo manifestado entre eles.

Tempo para acusação e defesa

§ 1º O tempo, assim para a acusação como para a defesa, será de três horas para cada uma, no máximo.

D) Não terão preferência para a instrução criminal os processos a que respondam os acusados presos.

INCORRETA. Possuem preferência sim:

Preferência para a instrução criminal

Art 384. Terão preferência para a instrução criminal:

- a) **os processos, a que respondam os acusados prêsos;**
- b) dentre os prêsos, os de prisão mais antiga;
- c) dentre os acusados soltos e os revêis, os de prioridade de processo.

Alteração da preferência

Parágrafo único. A ordem de preferência poderá ser alterada por conveniência da justiça ou da ordem militar.

E) Cada acusado poderá indicar até três testemunhas, podendo ainda requerer sejam ouvidas testemunhas referidas ou informantes, não excedentes a três.

CORRETA. Nos termos do §§ 2º e 3º do art. 417:

Art. 417

(...)

Indicação das testemunhas de defesa

§ 2º As testemunhas de defesa poderão ser indicadas em qualquer fase da instrução criminal, desde que não seja excedido o prazo de cinco dias, após a inquirição da última testemunha de acusação. Cada acusado poderá indicar até três testemunhas, podendo ainda requerer sejam ouvidas testemunhas referidas ou informantes, nos termos do § 3º.

Testemunhas referidas e informantes

§ 3º As testemunhas referidas, assim como as informantes, não poderão exceder a três.

GABARITO E

44 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Contra a decisão que concluir pela incompetência da Justiça Militar, caberá recurso:

- A) de apelação
- B) ordinário
- C) revisional
- D) em sentido estrito

E) inominado

Comentário

Caberá RECURSO EM SENTIDO ESTRITO:

Art. 516. Caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que:

(...)

e) concluir pela incompetência da Justiça Militar, do auditor ou do Conselho de Justiça;

GABARITO D

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

45 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Analise as seguintes assertivas a respeito da Justiça Militar do Estado de São Paulo

I) A Justiça Militar do Estado será constituída, em primeiro grau, pelos juízes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.

II) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, afastada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ainda decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

III) Os juízes do Tribunal de Justiça Militar e os juízes de Direito do juízo militar gozam dos mesmos direitos, vantagens e subsídios e sujeitam-se às mesmas proibições dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e dos juízes de Direito, respectivamente.

Está correto o que se afirma em:

A) II, apenas.

B) III, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I e III, apenas.

E) I, II e III.

Comentário

I) A Justiça Militar do Estado será constituída, em primeiro grau, pelos juízes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.

CORRETA. Nos termos do art. 79-A:

Artigo 79-A - A Justiça Militar do Estado será constituída, em primeiro grau, pelos juizes de Direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça Militar.

II) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, afastada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ainda decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

INCORRETA. Ressalvada a competência do Júri quando a vítima for civil:

Artigo 79-B - Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil**, cabendo ainda decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças

III) Os juizes do Tribunal de Justiça Militar e os juizes de Direito do juízo militar gozam dos mesmos direitos, vantagens e subsídios e sujeitam-se às mesmas proibições dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e dos juizes de Direito, respectivamente.

CORRETA. Nos termos do art. 82 da Constituição do Estado:

Artigo 82 - Os juizes do Tribunal de Justiça Militar e os juizes de Direito do juízo militar gozam dos mesmos direitos, vantagens e subsídios e sujeitam-se às mesmas proibições dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e dos juizes de Direito, respectivamente.

GABARITO D

REDAÇÃO OFICIAL E RESOLUÇÕES DO CNJ

46 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere o texto:

Senhor Diretor,

Na semana passada, instalamos novos equipamentos no Setor de Recursos Humanos. Os funcionários do Setor ficaram bastante satisfeitos. **Eles estavam bastante defasados.** O pessoal do Setor solicitou, também, que sejam instalados novos softwares nesses equipamentos. Assim, encaminhados em lista anexa a relação com os itens a serem comprados para atendermos a esse pedido.

A passagem destacada no texto compromete

- A) a clareza e a coerência textual.
- B) a coesão e a norma gramatical.
- C) a impessoalidade e a concisão.
- D) a formalidade e a impessoalidade.
- E) a concisão e a formalidade.

Comentário

Os atributos da redação oficial são indispensáveis para que o destinatário compreenda a mensagem que se deseja enunciar. Nomeadamente os elementos atingem papel importante porque padronizam a comunicação e dão importância ao interesse público necessário para tal redação.

- ✓ **No trecho destacado podemos observar que a referência feita pelo pronome "Eles" provoca uma ambiguidade, isto é, não podemos concluir se o apontamento se refere aos equipamentos ou aos funcionários.**

Podemos concluir que houve comprometimento da **CLAREZA** e conseqüentemente afetou diretamente a compreensão, bem como, a **COERÊNCIA TEXTUAL**.

Uma sugestão adequada seria:

Senhor Diretor,

Na semana passada, instalamos novos equipamentos no Setor de Recursos Humanos. Os funcionários do Setor ficaram bastante satisfeitos. **Os dispositivos estavam bastante defasados.** O pessoal do Setor solicitou, também, que sejam instalados novos softwares nesses equipamentos. Assim, encaminhados em lista anexa a relação com os itens a serem comprados para atendermos a esse pedido.

GABARITO A

47 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira está ligado a qual perspectiva?

- A) Transparência.
- B) Finanças.
- C) Sociedade.

D) Processos Internos.

E) Recursos.

Comentário



GABARITO E

48 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) Em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assinale a alternativa que corresponde a um desses princípios:

- A) Eliminar a discriminação no emprego.
- B) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- C) Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
- D) Assegurar a redução gradual aos moradores em situação de rua.
- E) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

Comentário

São esses os 17 objetivos:

Objetivo 1. Erradicação da Pobreza ✓ Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável ✓ Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3. Saúde e Bem Estar ✓ Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4. Educação de Qualidade ✓ Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5. Igualdade de Gênero ✓ Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6. Água Potável e Saneamento ✓ Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7. Energia Acessível e Limpa ✓ Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico ✓ Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
Objetivo 9. Indústria Inovação e Infraestrutura ✓ Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10. Redução das Desigualdades ✓ Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis ✓ Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis ✓ Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima ✓ Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*
Objetivo 14. Vida na Água ✓ Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15. Vida Terrestre ✓ Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda
Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes ✓ Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17. Parcerias e Meios de Implementação

✓ Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

GABARITO B

49 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) A respeito da Resolução n. 325/2020 é correto afirmar

A) As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça deverão estar alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

B) Os órgãos do Poder Judiciário poderão promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, ministros, servidores e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe na elaboração de seus planejamentos estratégicos, garantida a contribuição da sociedade.

C) Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos bimestralmente, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

D) Compete à Presidência do Congresso Nacional, com o apoio da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.

E) Os Encontros Nacionais do Poder Judiciário serão realizados obrigatoriamente no mês de novembro de cada ano.

Comentário

A) As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça deverão estar alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

CORRETA.

Art. 3º

(...)

§ 3º As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça deverão estar alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

B) Os órgãos do Poder Judiciário poderão promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, ministros, servidores e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe na elaboração de seus planejamentos estratégicos, garantida a contribuição da sociedade.

INCORRETA. NÃO SE TRATA DE UMA FACULDADE, MAS SIM UMA OBRIGAÇÃO.

Art. 5º Os órgãos do Poder Judiciário **deverão** promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, ministros, servidores e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe na elaboração de seus planejamentos estratégicos, garantida a contribuição da sociedade.

C) Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos ~~bimestralmente~~, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

INCORRETA.

Art. 9º Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos **quadrimestralmente**, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

D) Compete à ~~Presidência do Congresso Nacional~~, com o apoio da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.

INCORRETA.

Art. 15. Compete à **Presidência do CNJ**, com o apoio da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.

E) Os Encontros Nacionais do Poder Judiciário serão realizados ~~obrigatoriamente~~ no mês de novembro de cada ano.

INCORRETA.

Art. 17 Os Encontros Nacionais do Poder Judiciário serão realizados **preferencialmente** no mês de novembro de cada ano.

GABARITO A

50 - (Simulado Geral. 2023. Inéditas) No tocante a Resolução n. 351/2020 é incorreto afirmar

A) Nos casos de retaliação a funcionários(as) de empresas prestadoras de serviços que tenham noticiado fatos relacionados a esta Resolução, mesmo após eventual rescisão do contrato do prestador de serviços, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação deverão analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

B) A apuração de situação de assédio ou discriminação, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, será instaurada pela autoridade competente em razão de denúncia fundamentada, observados o devido processo legal e a ampla defesa.

C) Deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento de notícia de assédio ou discriminação, sendo permitido o anonimato.

D) Se o noticiante considerar inviável a resolução do conflito, poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

E) A Política de que se trata esta Resolução orienta-se pelo princípio da transversalidade e integração das ações.

Comentário

A) Nos casos de retaliação a funcionários(as) de empresas prestadoras de serviços que tenham noticiado fatos relacionados a esta Resolução, mesmo após eventual rescisão do contrato do prestador de serviços, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação deverão analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CORRETA.

Art. 21 Nos casos de retaliação a funcionários(as) de empresas prestadoras de serviços que tenham noticiado fatos relacionados a esta Resolução, mesmo após eventual rescisão do contrato do prestador de serviços, as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação deverão analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

B) A apuração de situação de assédio ou discriminação, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, será instaurada pela autoridade competente em razão de denúncia fundamentada, observados o devido processo legal e a ampla defesa.

CORRETA.

Art. 17

(...)

1º A apuração de situação de assédio ou discriminação, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, será instaurada pela autoridade competente em razão de denúncia fundamentada, observados o devido processo legal e a ampla defesa.

C) Deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento de notícia de assédio ou discriminação, sendo ~~permitido~~ o anonimato.

INCORRETA.

Art. 14. Deverão ser resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento de notícia de assédio ou discriminação, sendo **vedado** o anonimato.

D) Se o noticiante considerar inviável a resolução do conflito, poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

CORRETA.

Art. 13

(...)

§ 4º Se o noticiante considerar inviável a resolução do conflito, poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento da notícia à autoridade competente para providências cabíveis, inclusive, conforme o caso, apuração por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

E) A Política de que se trata esta Resolução orienta-se pelo princípio da transversalidade e integração das ações.

CORRETA.

Art. 3º A Política de que trata esta Resolução orienta-se pelos seguintes princípios:

I – respeito à dignidade da pessoa humana;

II – não discriminação e respeito à diversidade;

III – saúde, segurança e sustentabilidade como pressupostos fundamentais da organização laboral e dos métodos de gestão;

IV – gestão participativa, com fomento à cooperação vertical, horizontal e transversal;

V – reconhecimento do valor social do trabalho;

VI – valorização da subjetividade, da vivência, da autonomia e das competências do trabalhador;

VII – primazia da abordagem preventiva;

VIII – transversalidade e integração das ações;

IX – responsabilidade e proatividade institucional;

X – sigilo dos dados pessoais das partes envolvidas e do conteúdo das apurações;

XI – proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas;

XII – resguardo da ética profissional; e

XIII – construção de uma cultura de respeito mútuo, igualdade de tratamento e soluções dialogadas para os conflitos no trabalho.;

GABARITO C

GABARITO

1E	2D	3B	4A	5B	6E	7D	8A	9A	10B
11C	12B	13A	14A	15D	16A	17D	18C	19E	20D
21E	22C	23A	24C	25E	26A	27C	28C	29D	30C
31A	32A	33A	34C	35B	36B	37C	38C	39A	40D
41C	42B	43E	44D	45D	46A	47E	48B	49A	50C